


[Home](#) ▶ [e-SIC](#) ▶ [Olá KAROLINE RO](#)

Registrar Pedido

Consultar

## Dados do Pedido

Protocolo:

Solicitante:

Data Abertura:

Prazo de Atendimento:

Data Prazo de Reclamação:

Primeiro Local Vinculado:

Último Local Vinculado:

Forma de recebimento resposta:

Título da Solicitação:

Detalhamento da Solicitação:

## Dados da Resposta do Pedido

Local:

TRANSERP-EMPRESA DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO RIB. PRETO

Responsável:

Chefe do Departamento de Direito Administrativo

## Resposta do Pedido:

Em atendimento ao quanto solicitado pela consulente Karoline Rodrigues Firmino cumpre esclarecer o seguinte: Primeiramente, cumpre esclarecer que as provedoras de rede de compartilhamento estão resistentes em se cadastrarem nos municípios, isto em âmbito nacional, pois, em razão da Lei Municipal nº 16.279/2015 da cidade de São Paulo, a qual impunha uma série de medidas e obrigações aos transportes por aplicativos, tais provedoras ingressaram com ações judiciais, e estas culminaram no julgamento do RE nº 1054110 pelo Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado em 17 de Junho de 2020, o qual em sede de repercussão geral fixou a seguinte tese: "1. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e 2. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988 22, XI)", nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Dias Toffi Plenário, 09.05.2019. Portanto, com base no julgamento e fixação de tese pelo Supremo Tribunal Federal os municípios foram enfraquecidos, e, notadamente, em nosso município, as exigências constantes da Lei nº 2.969/2019 não vêm sendo cumpridas, onde as provedoras, com base no julgamento do STF, alegam que não podem sofrer qualquer tipo de proibição ou restrição imposta pelo Município. Em suma, alegam que somente devem atender a Lei Federal nº 13.640/2018, e qualquer exigência não contemplada em tal lei imposta pelo Município é inconstitucional e ilegal, sendo constantemente oficiadas pela TRANSERP. Sendo assim, atualmente somente a UBX Mobilidade Urbana se encontra cadastrada na TRANSERP, cujo cadastro ocorreu em 19 de Novembro de 2020, com 258 (Duzentos e cinquenta e oito) motoristas cadastrados, tendo recolhido o valor de R\$ 13.80 (Treze mil, oitocentos e cinco reais) para o seu efetivo cadastramento, exercendo plenamente as suas atividades não constando qualquer reclamação ou exclusão de motoristas de sua base.

## Anexos

Nenhum anexo!

Boa tarde!

Eu estou realizando uma pesquisa de iniciação científica sobre relações jurídicas e regulação de plataformas digitais que gerenciam serviços de transporte privado. Eu tenho algumas perguntas e gostaria, se possível, dos dados relativos a algumas situações reguladas pela Lei nº 2969/2019. Vou listar estas dúvidas utilizando o respectivo dispositivo da lei. Segue:

- 1) Levando em conta o artigo 2º: quais empresas provedoras de redes de compartilhamento estão cadastradas na TRANSERP?
- 2) Quanto foi recolhido com o pagamento do primeiro credenciamento citado pelo inciso I do referido artigo 2º e quanto é arrecado anualmente com a renovação do credenciamento dessas empresas?
- 3) Houve alguma suspensão de empresas provedoras de redes de compartilhamento por falta de pagamento de renovação ou por não realizar o primeiro credenciamento?
- 4) Embora não contenha isso na legislação, seria possível obter os dados de quando essas plataformas digitais que gerenciam essas redes de compartilhamento de transporte iniciaram suas atividades em Ribeirão Preto?
- 5) Artigo 4º, inciso I -> quantos motoristas estão cadastrados em cada um das plataformas igualmente cadastradas na TRANSERP? Seria possível informar o histórico de cadastro, com quantos motoristas foram cadastrados em 2019, 2020 e os que eventualmente foram cadastrados agora em 2021?
- 6) Com base no artigo 4º, inciso III da Lei, quais foram os valores arrecadados, conforme informação dada por cada empresa provedora de redes de compartilhamento, das corridas nos anos de 2019 e 2020?
- 7) Artigo 4º, inciso IV -> a emissão de recibos eletrônicos foi algo que começou a ser feito pelas plataformas após a aprovação dessa lei municipal?
- 8) Artigo 4, inciso VI -> quantos motoristas foram excluídos das plataformas por infringir algum termo de uso da plataforma nos anos de 2019 e 2020?
- 9) Artigo 5º - Quanto foi arrecadado pelo município com base nesse artigo por plataforma cadastrada?

Agradeço desde já!

## Anexos

Nenhum anexo!

(1 of 1)

8 ▾

<b>Resposta do Pedido</b>	
Data da Resposta	
22/03/2021	
<b>Recursos Cadastrados</b>	
Data	Prazo A
Nenhum registro encontrado!	
<a href="#">← Voltar</a> <a href="#">📄 Ver Todos os Pedidos</a>	
 <p>Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto Praça Barão do Rio Branco, 100 CEP 14010-140 Fone (16) 3977-9000</p> <p>Desenvolvido por</p>	
<b>Dados da Resposta do Pedido</b>	
Local:	TRANSERP-EMPRESA DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO RIB. PRETO
Responsável:	Chefe do Departamento de Direito Administrativo
<b>Resposta do Pedido:</b>	
<p>Em atendimento ao quanto solicitado pela consulente Karoline Rodrigues Firmino cumpre esclarecer o seguinte: Primeiramente, cumpre esclarecer que as provedoras de rede de compartilhamento estão resistentes em se cadastrarem nos municípios, isto em âmbito nacional, pois, em razão da Lei Municipal nº 16.279/2015 da cidade de São Paulo, a qual impunha uma série de medidas e obrigações aos transportes por aplicativos, tais provedores ingressaram com ações judiciais, e estas culminaram no julgamento do RE nº 1054110 pelo Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado em 17 de Junho de 2020, o qual em sede de repercussão geral fixou a seguinte tese: "1. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e 2. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988 22, XI)", nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Dias Toffi Plenário, 09.05.2019. Portanto, com base no julgamento e fixação de tese pelo Supremo Tribunal Federal os municípios foram enfraquecidos, e, notadamente, em nosso município, as exigências constantes da Lei nº 2.969/2019 não vêm sendo cumpridas, onde as provedoras, com base no julgamento do STF, alegam que não podem sofrer qualquer tipo de proibição ou restrição imposta pelo Município. Em suma, alegam que somente devem atender a Lei Federal nº 13.640/2018, e qualquer exigência não contemplada em tal lei imposta pelo Município é inconstitucional e ilegal, sendo constantemente oficiadas pela TRANSERP. Sendo assim, atualmente somente a UBX Mobilidade Urbana se encontra cadastrada na TRANSERP, cujo cadastro ocorreu em 19 de Novembro de 2020, com 258 (Duzentos e cinquenta e oito) motoristas cadastrados, tendo recolhido o valor de R\$ 13.800,00 (Treze mil, oitocentos e cinco reais) para o seu efetivo cadastramento, exercendo plenamente as suas atividades não constando qualquer reclamação ou exclusão de motoristas de sua base.</p>	
<b>Anexos</b>	
Nenhum anexo!	